

Gerência/Diretoria:

Protocolo nº 33902.464812 /2016 - 41

Data: 09/06/16

Hora:

Assinatura:



Nota nº 01 /2016/ASSNT/DIRAD/DIDES/ANS
Processo 33902.516801/2015-72

Rio de Janeiro, 07 de junho de 2016.

Assunto: **Criação de Grupos Técnicos Interáreas.**

Senhora Diretora de Desenvolvimento Setorial,

01. No âmbito do Laboratório de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação Setorial, instituído pela IS nº 06 de 11 de março de 2015, da Diretoria de Desenvolvimento Setorial tem sido tratados temas relevantes, considerando as suas atribuições de avaliar estudos e pesquisas sobre temas afetos ao desenvolvimento, sustentabilidade, concorrência, qualidade e inovação setorial, bem como discutir políticas regulatórias relativas aos temas citados (incisos II e III do art. 2º da referida IS/DIDES nº 06/2015).

02. Nesta seara, foram trazidos ao laboratório, na reunião ocorrida no dia 13 de maio de 2016, os temas “venda *on-line*” e “uso de mecanismos financeiros de regulação para estímulo a concorrência e desenvolvimento setorial”.

03. A “venda *on line*” tem se tornado uma realidade em algumas instituições, com demanda expressiva no mercado de saúde suplementar, ainda sem regulação específica por esta agência reguladora, tratando-se de inovação carecedora de um estudo especial por parte da ANS.

04. Na mesma linha, devido à necessidade de sustentabilidade do sistema e estímulo à concorrência, entende-se pela imperiosidade de estudos aprofundados acerca do “uso de mecanismos financeiros de regulação para estímulo a concorrência e desenvolvimento setorial”.

05. Diante do exposto, indico a criação de grupos técnicos para procederem a estudos, pesquisas e propostas de opções regulatórias acerca dos referidos temas.

06. Tais temas tem relação com a DIDES, conforme se depreende dos seguintes artigos do regimento interno da ANS (Resolução Normativa - RN nº 197, de 2009):

“Art. 23. À Diretoria de Desenvolvimento Setorial – DIDES compete:

I - exercer as atribuições referentes a integração e disseminação de informações setoriais, relacionamento entre prestadores de serviços de saúde e operadoras, ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS, bem como a melhoria do desempenho das operadoras e incentivo à qualidade na Saúde Suplementar;

IX - buscar o desenvolvimento sustentável e a garantia de competição no setor de planos privados de assistência à saúde;

.....
XII - exercer as atribuições relacionadas à padronização e implementação de trocas de informações, referentes aos eventos de atenção à saúde, e ao Registro Eletrônico em Saúde, no âmbito da Saúde Suplementar;
.....

XVIII - promover e coordenar a gestão estratégica da Política de Informação na ANS, visando o desenvolvimento setorial;
.....

.....”
“Art. 23-E. À Gerência-Executiva de Padronização e Interoperabilidade - GERPI compete:

I - efetuar, promover e disseminar estudos sobre novas técnicas nacionais e internacionais de padronização de informações e tecnologias de comunicação de dados, referentes aos eventos de atenção a saúde, registro eletrônico em saúde, prontuários eletrônicos e registro pessoal de saúde, visando a interoperabilidade entre os sistemas de informações em saúde;

II - padronizar a troca de informações, referente aos registros de eventos de atenção à saúde e executar as atividades relacionadas com sua implantação no âmbito da saúde suplementar;
.....”

Art. 23-F. À Gerência-Executiva de Produção e Análise de Informação - GEPIN compete:

I - propor, acompanhar e realizar estudos sobre novas tecnologias de informação e comunicação em saúde;
.....” (redação conferida pela RN nº 366, de 15/12/2014)

07. Merece destaque que ambos os temas também afetam diretamente as Diretorias de Fiscalização e de Produtos, considerando as atribuições previstas no regimento interno desta entidade. A título ilustrativo cumpre trazer:

“Art. 49-A. À Diretoria de Fiscalização - DIFIS compete:

I - fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde e zelar pelo cumprimento das normas atinentes ao seu funcionamento;

II - fiscalizar o cumprimento das disposições da Lei no 9.656, de 1998, e de sua regulamentação;
.....”

“Art. 38. À Diretoria de Produtos - DIPRO compete:

I - planejar, coordenar, organizar e controlar as atividades de regulamentação, habilitação, qualificação e acompanhamento dos produtos ou planos privados de assistência à saúde;
.....

V - efetuar estudos e propor normas referentes a mecanismos de regulação do uso dos serviços de saúde adotados e utilizados pelas operadoras de planos de assistência à saúde;
.....”

“Art. 46. À Gerência-Geral de Regulação Assistencial - GGRAS compete:

.....
XXIII – propor e elaborar normas relativas à adoção e utilização pelas operadoras de mecanismos de regulação assistencial do uso dos serviços de saúde;

XXIV - coordenar as atividades relacionadas ao estabelecimento de critérios para análise e enquadramento de operações no conceito de adoção e utilização de mecanismos de regulação assistencial de acesso e utilização dos serviços de saúde pelas entidades reguladas;” (Gerência-Geral da DIPRO)

08. A necessidade de participação da DIFIS se mostra relevante considerando, por exemplo, ser responsável pelo canal de entrada das demandas de consumidores da ANS, tendo um conhecimento relevante sobre diversos aspectos práticos da contratualização e também dos mecanismos de regulação, e da efetiva fiscalização.

09. Também a participação da DIPRO se mostra relevante considerando, em especial, sua atribuição para controlar as atividades de regulamentação e habilitação de planos e de propor normas relativas a utilização de mecanismos de regulação assistencial.


10. Depreende-se, portanto, que os temas em apreço têm transversalidade entre as diretorias DIDES, DIFIS e DIPRO, de forma que sugiro que o GT seja criado por uma Portaria Conjunta, sendo um GT Interáreas, coordenado pelas três diretorias. Os membros internos poderão ser designados por todas as diretorias.

11. Outrossim, entendo pela necessidade de participação das entidades que compõe a Câmara de Saúde Suplementar, sem prejuízo de que representantes de outras entidades sejam convidados a participar ou ainda técnicos internos ou externos com experiência nos tema sem discussão sejam convidados para serem ouvidos.

12. A indicação pela composição pelas entidades que participam da Câmara de Saúde Suplementar considerou a previsão do parágrafo único do art. 5º, da Lei nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000.

“Art. 5º
Parágrafo único. A ANS contará, ainda, com a Câmara de Saúde Suplementar, de caráter permanente e consultivo.”

13. Em anexo, encaminho minutas com sugestões de Portarias a serem publicadas no Diário Oficial da União, tendo em vista a participação de membros externos em ambos os GTs Interáreas. De acordo com a proposta, os membros internos serão designados pela própria portaria, enquanto os membros externos não constarão expressamente da portaria, podendo ser incluídos a critério da coordenação, por ato a ser formalizado nos autos, com o fito de evitar publicações desnecessárias de portarias sempre que houver inclusão ou exclusão de membro externo.


Michelle Mello de Souza
Diretora-Adjunta

De acordo, encaminhe-se à DICOL para ciência.
Em, 08 de junho de 2016.


Martha Regina de Oliveira
Diretora

**PORTARIA CONJUNTA DIDES/DIFIS/DIPRO Nº , DE DE
DE 2016**

A DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, A DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO e A DIRETORA DE PRODUTOS, no uso das atribuições conferidas em especial pelos artigos 23, incisos IV, VII, VIII e IX, 49, incisos I e II, 38 incisos I e II, e 46, incisos XXVII e XXIV, com fulcro na alínea "b" do inciso I do art. 77 e do inciso II do artigo 85, todos da RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e conforme a xxxxª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada, realizada em xxxx de xxxxx de 2016, resolve:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho - GT Interáreas para proceder a estudos, pesquisas e propostas de opções regulatórias acerca do tema da venda *on line* de planos de saúde.

Art. 2º Designar os representantes internos do GT Interáreas "venda *on line*", abaixo designados:

DIDES: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

DIFIS: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

DIPRO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

DIGES: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

DIOPE: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

PRESI: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

PROGE: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

COORDENAÇÃO: Martha Regina de Oliveira, Simone Sanches Freire e Karla Santa Cruz Coelho.

Parágrafo único. Os representantes internos designados neste artigo poderão indicar seus respectivos suplentes, no caso de impossibilidade de participação nas reuniões do grupo, e também poderão indicar servidores com experiência e conhecimento nos temas em discussão.

Art. 3º O GT Interáreas venda *on line* contará ainda com a participação de representantes membros externos.

§ 1º Cada órgão e entidade integrante da Câmara de Saúde Suplementar poderá indicar um representante e respectivo suplente.

§ 2º Outros representantes de entidades poderão ser convidados a integrar o GT Interáreas venda *on line* pela coordenação.

§ 3º A designação pela Coordenação dos representantes externos será consignada nos autos de processo específico para o GT Interáreas venda *on line*.

Art. 4º Caso a coordenação identifique a necessidade de contribuições específicas, colaboradores internos e externos poderão ser convidados para as reuniões do GT Interáreas venda *on line*.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA
Diretora de Desenvolvimento Setorial

SIMONE SANCHES FREIRE
Diretora de Fiscalização

Karla Santa Cruz COELHO
Diretora de Produtos

**PORTARIA CONJUNTA DIDES/DIFIS/DIPRO Nº , DE DE
DE 2016**

A DIRETORA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, A DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO e A DIRETORA DE PRODUTOS, no uso das atribuições conferidas em especial pelos artigos 23, incisos IV, VII, VIII e IX, 49, incisos I e II, 38 incisos I e II, e 46, incisos XXVII e XXIV, com fulcro na alínea "b" do inciso I do art. 77 e do inciso II do artigo 85, todos da RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e conforme a xxxxª Reunião Ordinária de Diretoria Colegiada, realizada em xxxx de xxxxx de 2016, resolve:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho - GT Interáreas para proceder a estudos, pesquisas e propostas de opções regulatórias acerca do tema uso de mecanismos financeiros de regulação para estímulo a concorrência e desenvolvimento setorial.

Art. 2º Designar os representantes internos do GT Interáreas "uso de mecanismos financeiros de regulação para estímulo a concorrência e desenvolvimento setorial", abaixo designados:

DIDES: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

DIFIS: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

DIPRO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

DIGES: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

DIOPE: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

PRESI: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

PROGE: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;

COORDENAÇÃO: Martha Regina de Oliveira, Simone Sanches Freire e Karla Santa Cruz Coelho.

Parágrafo único. Os representantes internos designados neste artigo poderão indicar seus respectivos suplentes, no caso de impossibilidade de participação nas reuniões do grupo, e também poderão indicar servidores com experiência e conhecimento nos temas em discussão.

Art. 3º O GT Interáreas "uso de mecanismos financeiros de regulação para estímulo a concorrência e desenvolvimento setorial" contará ainda com a participação de representantes membros externos.

§ 1º Cada órgão e entidade integrante da Câmara de Saúde Suplementar poderá indicar um representante e respectivo suplente.

§ 2º Outros representantes de entidades poderão ser convidados a integrar o GT Interáreas pela coordenação.

§ 3º A designação pela Coordenação dos representantes externos será consignada nos autos de processo específico para o GT Interáreas "uso de mecanismos financeiros de regulação para estímulo a concorrência e desenvolvimento setorial".

Art. 4º Caso a coordenação identifique a necessidade de contribuições específicas, colaboradores internos e externos poderão ser convidados para as reuniões do GT Interáreas "uso de mecanismos financeiros de regulação para estímulo a concorrência e desenvolvimento setorial".

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA
Diretora de Desenvolvimento Setorial

SIMONE SANCHES FREIRE
Diretora de Fiscalização

Karla Santa Cruz COELHO
Diretora de Produtos